

A reforma do ensino técnico foi filha das mudanças que espreitavam no Portugal do pós-guerra. Apesar do espartilho imposto à liberdade de expressão, quase todos os sectores sociais vão tomar posição sobre os novos caminhos enunciados para o ensino profissional. Das associações patronais aos sectores oposicionistas, ninguém ficou indiferente às novas propostas que emergiram da reforma.



TRÊS MEMBROS da Mocidade Portuguesa à conversa, numa foto de 1941. À MP e à MPF foram entregues competências políticas e ideológicas pela reforma do ensino técnico de 1949.

A «EDUCAÇÃO NOVA» E O ESTADO NOVO

A IGREJA CATÓLICA E A MOCIDADE PORTUGUESA FORAM INTERLOCUTORES PRIVILEGIADOS DA REFORMA DO ENSINO TÉCNICO.

ALBÉRICO AFONSO COSTA

O ano de 1949 representou o início da generalização da reforma do ensino técnico e profissional em todo o País. A reforma do ensino técnico foi filha das mudanças que espreitavam no Portugal do pós-guerra. Apesar do espartilho imposto à liberdade de expressão, quase todos os sectores sociais vão tomar posição sobre os novos caminhos enunciados para o ensino profissional. Das associações patronais aos sectores oposicionistas, ninguém ficou indiferente às novas propostas que emergiram da reforma.

A Igreja Católica foi praticamente o único sector da sociedade civil que não tomou posição pública sobre as alterações curriculares. Vai assumir, no entanto, um papel fundamental no controlo de vários espaços formativos das escolas técnicas reformadas. As manifestações de carácter religioso passam a ter uma omnipresença efectiva nos diferentes momentos da acção educativa. A comparência solene dos dignitários da Igreja nos principais actos da

vida escolar ilustra não só o peso que a Igreja Católica tem na sociedade, mas também a coabitação efectiva com o regime, metamorfoseando os valores religiosos em ideologia oficial, numa lógica de confessionalização do sistema educativo.

À Mocidade Portuguesa e à MP Feminina vão ser igualmente adjudicadas pela reforma competências políticas e ideológicas.

A recepção à reforma nas escolas técnicas

Os directores das escolas técnicas, entre as suas múltiplas funções, deveriam elaborar um relatório anual a ser enviado para o Ministério da Educação que desse conta das actividades que tinham ocorrido durante cada ano lectivo.

Da leitura desses relatórios ficamos a saber que, por um lado, na generalidade das escolas existia um conhecimento bastante significativo do novo ideário pedagógico que é proposto pelos ideólogos da



DGARQ, CPF - O Século

reforma; por outro, constata-se um reforço da presença da Mocidade Portuguesa e da Igreja Católica em diversos espaços de formação, particularmente ao nível das actividades circum-escolares.

Em relação à primeira questão, verifica-se que os relatórios dos directores são sensíveis às novas propostas pedagógico-didácticas, o que é visível na forma como explicitam a sua concretização, particularmente na área curricular da Língua e História Pátria, ou na forma como dinamizam os espaços circum-escolares.

As referências à Educação Nova, o recurso à citação dos pedagogos mais conheci-

dos tais como Claparède, Dewey ou Kerschesteiner, que com ela se identificam, a utilização de expressões como «métodos activos», «a maneira autónoma de agir da criança», a «escola activa», «a escola onde se trabalha», e o repúdio pela escola «dogmática», «formalista», «livresca», ensaiam um esforço conceptual de elaboração de uma «ideologia» crítica face à educação tradicional, a que as escolas não são de todo insensíveis.

A dinamização de processos de trabalho assentes em métodos activos, com destaque para a criação de centros de interesse, de bibliotecas, de imprensa escolar, de

D. MANUEL GONÇALVES CEREJEIRA, cardeal patriarca de Lisboa, na estação do Rossio, de partida para um consistório em Roma. Com a reforma do ensino técnico, as manifestações de carácter religioso passam a estar omnipresentes na acção educativa.



visitas de estudo, do intercâmbio escolar, de festas e da organização de exposições como espaços privilegiados de partilha e valorização das produções dos alunos são indicadores de um conhecimento do novo ideário pedagógico reformista.

Não há praticamente nenhum relatório nos anos a seguir a 1948 que não faça referências explícitas à reforma, à identificação com a «Educação Nova» ou ao novo «espírito do ciclo», o que deve ser entendido como uma capacidade relativamente grande da Direcção Geral do Ensino Técnico (DGET) e do seu corpo de inspectores em fazer chegar às escolas as novas indicações que deveriam influenciar de futuro as práticas pedagógicas.

O reforço das competências da Mocidade Portuguesa

O Estatuto do Ensino Técnico Profissional (ETP), no que se refere à Mocidade Portuguesa e à Mocidade Portuguesa Feminina, estabelece um conjunto alargado de competências no sentido de co-responsabilizar estas organizações na gestão da «radiografia» ideológica-escolar. Prescreve-lhes funções e adjudica-lhes poderes, no explícito intuito de marcar a sua presença de forma determinante, não apenas em termos de envolvimento do ambiente estudantil, mas no próprio funcionamento do ensino, nomeadamente através da participação nos conselhos escolares, nos pareceres a dar sobre a contratação de professores de Educação Física e Canto Coral e na organi-

zação e dinamização de actividades educativas. O art.º 518 do Estatuto do ETP estabelecia:

«Constituem meios educativos, além das aulas e sessões de trabalhos práticos e oficinais, todos os actos da vida escolar e as actividades circum-escolares, organizadas estas sempre que possível com a colaboração da Mocidade Portuguesa e da Mocidade Portuguesa Feminina».

Do mesmo modo, o art.º 199 ordenava, relativamente à contratação de professores de Canto Coral e Educação Física: «A MP e a MPF prestarão informações sobre os candidatos a professores.»

Para além das aulas, todas as outras actividades promovidas nas escolas técnicas ficavam sob a responsabilidade da MP ou da MPF, com destaque para as actividades circum-escolares, explicitando-se que «são actividades circum-escolares as que respeitem privativamente à MP e MPF, o serviço de bibliotecas, as visitas de estudo, as excursões, as sessões culturais, as exposições e as festas escolares».

O artigo 520 estabelecia ainda que «junto das instalações de educação física serão reservadas em cada escola, para centro da Mocidade Portuguesa ou da Mocidade Portuguesa Feminina, as dependências necessárias», e também que o comissário da MP tinha a capacidade para determinar que estas instalações pudessem ser a «sede da delegação local daquelas organizações».

Obediência, caridade, recato

É nas escolas técnicas femininas que se sente uma maior presença e articulação entre as actividades de carácter religioso e a MPF, com a comparência regular de dig-

Não há praticamente nenhum relatório nos anos a seguir a 1948 que não faça referências explícitas à reforma, à identificação com a «Educação Nova» ou ao novo «espírito do ciclo».

A MOCIDADE PORTUGUESA e a MPF marcam presença em todos os actos da vida escolar e nas actividades circum-escolares.

Os directores das escolas controlavam política e ideologicamente todos os funcionários, enviando inclusivamente as listas de candidatos à docência para a Direcção Geral do Ensino Técnico, que por sua vez os enviava à PIDE.

nitários religiosos nas diversas iniciativas promovidas.

Os centros escolares da MPF aparecem sempre indicando as suas filiadas associadas à confecção de diversas peças de vestuário, destinadas a serem distribuídas às crianças pobres e à produção de enxovais para berços. Um dos relatórios dos directores consultado refere: «As respectivas filiadas, por ocasião do Natal, confeccionaram, à sua inteira custa, um enxoval completo, com destino a um berço que, pela subdelegação regional da MPF, foi distribuído a uma mãe pobre».

A MPF ministrava em algumas escolas as chamadas actividades específicas, que integravam Lições de Formação Moral e Nacionalista, Normas de Civilidade e Etiqueta, jogos escolares.

A existência de actividades autónomas exclusivamente para raparigas no âmbito da MPF está dentro da lógica da separação de sexos dentro das escolas técnicas.

A organização curricular da MPF, as actividades preconizadas, os conteúdos propostos, os objectivos delineados, integram, explícita ou implicitamente, valores associados a representações sexistas. A «compenetração», a obediência, a caridade, o trabalho aturado, o recato são competências a desenvolver e a entronizar, porque asseguram a integração harmónica na vida doméstica ou em «lugares próprios para as jovens no mundo do trabalho». A produção das peças para os berços das crianças pobres ou a organização do enxoval para as «famílias necessitadas» são actividades em que se desenvolvem simultaneamente valores sociais caros à igreja e ao regime, preparando a jovem para a assunção da «graça» de ser esposa e mãe.

O protagonismo da Igreja Católica

É também nas actividades circum-escolares que podemos constatar o peso que a Igreja Católica tem ao nível das escolas técnicas reformadas. A presença dos alunos é aliás obrigatória, sendo as ausências penalizadas com uma falta equivalente a um tempo de aulas. Também os professores e mestres são obrigados a aceitar o serviço que lhes seja distribuído neste âmbito.

O Estatuto do ETP estipula que as sessões culturais devem ter objectivos «religiosos, de educação artística ou social e recreativos», aconselhando ainda que estas sessões devem «proporcionar ensejos à frequente expressão do sentimento nacional dos alunos».

Da análise dos relatórios dos directores, constatamos que as escolas promovem diversas iniciativas em que se destacam as exposições escolares, celebrações religiosas, conferências, teatro, cinema, actividades desportivas e ainda outras festas diversificadas.

As celebrações religiosas ocupam, juntamente com as exposições escolares, as actividades mais frequentes. Missas, comunhões pascais, comunhões solenes e de finalistas, confissões dos filiados da Mocidade Portuguesa, baptizados, crismas, entronização de crucifixo, construções de presépios, comemorações natalícias, comemorações pascais e do Dia da Mãe, constituem, entre outros, eventos reiteradamente presentes no dia-a-dia das escolas técnicas. «A Comunhão Pascal teve o ambiente verdadeiramente religioso e com a frequência da quase totalidade dos filiados e assistência de Pais e Encarregados de Educação», refere outro relatório.



CAV

A presença da Igreja nas escolas técnicas é ainda visível ao nível de outras actividades circum-escolares com destaque para a promoção dos «Centros de Interesse» que eram espaços interdisciplinares que contavam habitualmente com a participação dos professores de Língua e História Pátria, Trabalhos Manuais e Desenho e Religião e Moral.

Também as visitas de estudo e as excursões configuravam por vezes espaços de aliança táctica entre a MP e a Igreja, principalmente ao nível das escolhas dos locais a visitar. Para além das visitas a fábricas e ao património construído, o san-

tuário de Fátima acabava por ser um dos locais preferidos por muitas das excursões organizadas pela MP.

Sob o olhar vigilante do director e da PIDE

Os directores das escolas eram nomeados pelo ministro da Educação e escolhidos entre os professores que ofereciam confiança política e obediência comprovada aos ideais políticos do Estado Novo.

Controlavam política e ideologicamente todos os funcionários, enviando inclusivamente as listas de candidatos à docência para a Direcção Geral do Ensino

AS ORGANIZAÇÕES juvenis do Estado Novo e a Igreja católica, devido à orientação «re cristianizadora» das primeiras, não entram em conflito na escola.

INFORMAÇÕES DA PIDE SOBRE OS PROFESSORES DO ENSINO TÉCNICO, ANO LECTIVO DE 1947/48

Observações feitas pela PIDE (em 5-1-1948)	N.º de Profs.	Ref. Negativas
Foi um dos signatários da lista do chamado MUD; nada mais consta politicamente em seu desabono	5	5
É elemento desafecto ao Estado Novo, sendo simpatizante comunista, cujas ideias defende e propaga	1	1
Nada consta na PIDE em seu desabono (Carimbo)	73	
É elemento afecto ao Estado Novo (Carimbo)	1	
É elemento simpatizante com o Estado Novo (Carimbo)	1	
Não reside na morada indicada há mais de 2 anos	1	
Oportunamente se informará a seu respeito *	4	1
Totais	86	7

* No dia 21 de Janeiro a PIDE manda nova carta para a DGET, informando que em relação a três dos professores «nada consta em seu desabono». Mas quanto a uma professora refere que «é elemento desafecto ao Estado Novo, o qual ataca sempre que se lhe depara ocasião. Além disso está referenciada nos nossos registos como fazendo parte do chamado MUD, de oposição ao governo.»

Técnico, que por sua vez os enviava à PIDE para que esta atestasse o comportamento moral, cívico e político de todos os que pretendiam desempenhar actividades docentes no ensino técnico. Uma informação negativa por parte da PIDE significava a exclusão do candidato a professor.

A própria lei abre campo à devassa e estimula a perseguição política e a denúncia. No ano de 1948, a DGET pede informação à PIDE referente a 86 novos candidatos a ingressar no ensino técnico. As respostas da PIDE são sintetizadas no quadro.

Quando a PIDE não dispunha destas informações pedia-as ao governo civil ou directamente à GNR em espaços urbanos de menor dimensão.

O conjunto das atribuições desempenhadas pelos directores conferia-lhes prestígio, reconhecimento social e peso político significativo, em particular aos de centros urbanos mais pequenos. Para além do cargo de directores das escolas, alguns acumulavam funções ao nível da direcção da Comissão de Patronato, da direcção do Centro da MP, Provedoria da

Santa Casa da Misericórdia, sendo outros ainda membros da União Nacional. Este protagonismo social colocava-os nos lugares de destaque ao nível das elites locais. Por sua vez, alguns elementos das «forças vivas» locais, incluindo o próprio presidente da Câmara, leccionavam a meio tempo na escola.

O primeiro traço que define o perfil do director é o da confiança política que o regime nele depositava. A nomeação para tal cargo pressupunha, assim, fidelidade e obediência estrita aos princípios políticos, éticos e religiosos do Estado Novo.

Essa solidariedade activa e incondicional é, aliás, evidente na coreografia do discurso que os relatórios contêm, todos eles estruturados por forma a prestar contas das evidências de cumprimento integral do papel atribuído. A reforma aprofundou as competências do director, pela outorga de uma autoridade que, pela sua abrangência, se vai identificar com o próprio poder fisicamente materializado aos olhos daqueles sobre os quais é exercido, com a proximidade e distância que o poder assume numa relação de dominação.



DGARQ-CPF-SNI

A «Educação Nova» enxertada no Estado Novo

Os reformadores da educação fazem uma adaptação dos princípios da Educação Nova à nova realidade que se vivia no ensino técnico. Ostentam uma fraseologia radical do ponto de vista pedagógico, preconizam e promovem métodos activos, apropriam-se dos aspectos metodológicos veiculados pela Educação Nova, mas subtraem-lhe o seu referencial político e ideológico substituindo-o pelo credo nacionalista e católico.

A reforma é, assim, um produto da mudança, que se afirma nas décadas da sua génese e implementação e é simultaneamente produtora de mudanças que a sua aplicação vai suscitar. Opera rupturas e salvaguarda e vigia continuidades, (re)construindo-as no âmbito dos conteúdos programáticos, eventos, cenários e até estruturas organizativas como a Mocidade Portuguesa.

E, se este novo discurso pedagógico aparece por vezes eivado de um «radica-

JOVENS DA MOCIDADE Portuguesa Feminina. MP e MPF vão cumprindo, com o auxílio da Igreja católica, as funções enquadradoras dos jovens estudantes das escolas técnicas.



RAPARIGAS da Mocidade Portuguesa Feminina fazendo a saudação «romana» em 1941.

lismo» inovador, ele é proferido por homens ligados ao Estado Novo, que confia neles para operar as mudanças necessárias; homens ligados umbilicalmente a um governo que através do Estatuto da sua autoria consegue metabolizar e de alguma forma neutralizar as propostas de práticas que pudessem afastar-se dos códigos comportamentais aceites e desenhados pelo regime.

Não obstante as limitações que as Mocidades vão revelar, não podemos subestimar o seu papel no combate pelos «imperecíveis princípios e valores da civilização cristã». A Mocidade Portuguesa e a Mocidade Portuguesa Feminina vão cumprindo, com o auxílio não negligenciável da Igreja Católica, as funções enquadradoras dos jovens estudantes das escolas técnicas no sentido de asse-



DGARQ, CPF – SNI

O recato, a angélica simplicidade

A formação moral e religiosa das jovens enquadrava-se numa perspectiva de servir Deus, a Pátria e a Família, exercitando por intermédio das actividades leccionadas os futuros deveres da mulher no lar e na sociedade. A participação das alunas no Dia da Mãe era um ritual em que se tentava lembrar às escolas «a importância e a grandeza da missão maternal». O 8 de Dezembro cumpria, deste modo, o duplo objectivo de celebrar o Dia da Mãe e o culto da Imaculada Conceição, que era a padroeira de Portugal, sendo também um exemplo para as jovens portuguesas.

«No dia 21 de Dezembro realizou-se a primeira festa do ano lectivo que teve por objectivo a celebração do nascimento de Jesus. Todos os anos temos construído o nosso presépio e preparado convenientemente as alunas para que possam viver com conhecimento o verdadeiro significado dos factos do dia 25 de Dezembro. Muitas delas infelizmente, não têm nem por educação nem por ambiente a mais pequena ideia dos temas em que devemos meditar nesta quadra do ano. As alunas interpretaram poesias alusivas à data, entoaram cânticos de louvor e distribuíram um bode aos pobres.

Mas também a elas lhes foi oferecida uma merenda pelas suas professoras. b) No dia 20 de Março realizou-se a comunhão pascal colectiva na Igreja do Rato. c) O dia 4 de Junho foi escolhido para a profissão de fé e crisma das alunas desta Escola. A esta festa dignou-se assistir o Sr. Bispo de Sísico e o sr. Inspector Leopoldino de Almeida.»

In Relatório de Actividades da Escola Industrial D. Luísa de Gusmão, 1954-55

«Apraz-me salientar a colaboração com a MPF na preparação de berços, enxovais e da solenidade do Dia da Mãe. Enternece contemplar o carinho despendido nestas manifestações que tanto e tão bem falam à alma. A verdade é que a parte moral e religiosa se aperfeiçoa de ano para ano, consolando assistir ao recato e compenetração da Comunhão Pascal na grandeza das suas cerimónias, e à angélica simplicidade das nossas primeiras sextas-feiras realizadas, entre cânticos, pela quase totalidade de todas que nesta casa trabalhamos.»

In Relatório de Actividades da Escola Industrial Aurélia de Sousa, 1956-57.

gurar uma socialização nas normas de reverência e veneração às autoridades, na legitimação dos poderes e na aceitação da desigualdade seja ela de carácter social ou sexual, como um traço «natural» da convivência humana. Os valores do conformismo, da humildade e da obediência face ao chefe, ao patrão, ao professor ou ao marido, perpassam nas práticas desenvolvidas por estas organizações, nas

iniciativas que promovem e nos comportamentos que elegem como ideais. A presença efectiva, real, física da Igreja na escola não se limitava deste modo, à leccionação da disciplina de Religião e Moral, antes fazendo parte integrante do metabolismo escolar numa química de interacção que assegurava um papel de tutela sobre a juventude com um apetite totalizante.